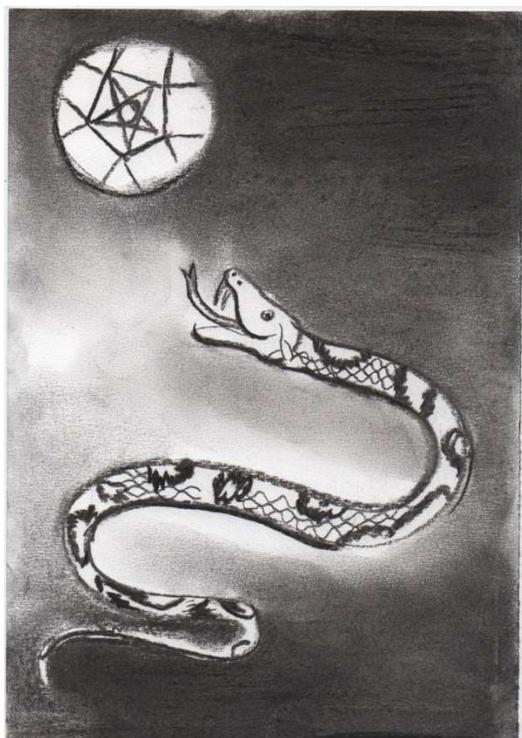


NEOLIBERALISMO E CRISE: ABAIXO DE UNS E ACIMA DA MAIORIA

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO¹



¹ É doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro Associado da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFCG/CDSA) e do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades (NEFADE/CNPq). E-mail: jm.monteiro17@gmail.com

Existe vasta reflexão realizada pelos cientistas sociais, historiadores, juristas, economistas, dentre tantos outros, acerca do contexto atual. O tema central, de algumas destas reflexões, tem sido a pandemia e a crise por ela provocada². O covid-19 parece-nos colocar a crise no centro do debate. Digo: apenas parece-nos. Da mesma forma que aparenta ser o vírus a causa da crise.

A crise, em sua radicalidade, é anterior ao próprio corona. Ele a intensifica. Torna-lhe visível. As pessoas passam a senti-la de forma contagiante após o vírus. Através do contágio vê-se o desvelamento da fragilidade do modo de governar neoliberal das economias. As máscaras de uma sociedade regida pelas leis do mercado caem por terra; ou melhor, caem na terra, como muitos corpos indefesos. Esta parece-nos ser a constatação.

Este ensaio tem por objetivo refletir o caso brasileiro, a partir do impacto da ordem neoliberalizante na economia, sem perder de vista os processos em curso de oligarquização da riqueza e aumento da pobreza e da desigualdade. Isto pensado no bojo de dois movimentos políticos no Brasil recente (bolsonarismo e lavajatismo) que servem de base para o desmonte da rede mínima de proteção existente no país e a deterioração do estado de direito.

A crise construída em tempos estúpidos

A crise se apresenta na sua forma mais perversa: crise permanente³. Se falo em crise permanente é porque criou-se a necessidade da crise para que o sistema continue sobrevivendo da exploração de milhões de vidas humanas e não humanas; drenando a riqueza advinda do trabalho e deslocando-a para o sistema financeiro⁴. É uma crise construída que privilegia poucos e deteriora a vida de muitos. Não por acaso que, nos últimos anos, a crise econômica, vivida em nosso país, tem permitido

² Consultar. ANJULI TOSTES, Hugo Melo Filho (Org.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois – 1.ed. – Bauru: Canal 6, 2020. Recurso digital. – (Projeto Editorial Praxis).

³ Desde a década de 1970 o mundo vem sofrendo com as crises que, em outrora, se deu com a crise do petróleo, a crise inflacionária e a crise provocada pela financeirização da economia no contexto neoliberal.

⁴ Ver: Relatórios e/ou estudos realizados pela Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

aos bancos, contraditoriamente, obterem lucros recordes. Ora, como se explica um país que vive numa profunda crise de ordem econômica e política normalizar e normatizar os exorbitantes lucros dos bancos privados⁵? Que crise é esta que só afeta as camadas médias e baixas da população? É que a crise assumiu uma nova feitura e significado no contexto neoliberal⁶. Ela é, em si, um modo de governar.

Este modo de governar tem uma linguagem própria que não pode ser entendido sem: ajustes fiscais, empreendedor individual, transformando os indivíduos em concorrentes um do outro, fundamentando o sucesso ou fracasso de seres humanos na ideologia do mérito, oligopólios que realizam uma economia do pedágio⁷. Nesta orquestração da economia do pedágio, os atravessadores são os que mais lucram; são os que controlam grandes conglomerados empresariais e atuam no capital financeiro. Não produzem nada. Mas, orientam as dinâmicas de mercado e as especulações. Os produtores e os consumidores tornam-se refém desta nova arquitetura do poder, sem que se percebem a manipulação dos mercados por uma ínfima minoria de poderosos que controla a economia mundial⁸.

A crise é um novo modo de governar.⁹ É uma crise montada e articulada pelo sistema financeiro. Há, claramente, ideias-forças que dão

⁵ O lucro líquido dos 4 maiores bancos do Brasil com ações na Bolsa cresceu 18% em 2019, na comparação com o ano anterior. Os ganhos acumulados somaram R\$ 81,5 bilhões ante R\$ 69,1 bilhões em 2018. Segundo levantamento da provedora de informações financeiras Economática, trata-se do maior lucro consolidado nominal (sem considerar a inflação) já registrado pelos grandes bancos. O levantamento considera os demonstrativos financeiros contábeis disponibilizados pelo Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander desde 2006. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/13/lucro-dos-maiores-bancos-do-brasil-cresce-18percent-em-2019-e-soma-r-815-bilhoes.ghtml>>. Acessado em: 06 mai. 2020.

⁶ Para um debate mais aprofundado sobre a crise financeira e orçamental no capitalismo democrático à luz da abordagem das teorias frankfurtianas ver: Wolfgang Streeck. “Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático”. Apple Books.

⁷ Ver: Termo empregado por Ladislau Dowbor em sua obra “A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo?”.

⁸ Ver: Ladislau Dowbor, especificamente o cap. 7 e o cap. 8 da sua obra “A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo?”.

⁹ Analisar a crise como um modo de governar é dialogar com a obra de Pierre Dardot e Christian Laval: A Nova Razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.

sustentação ao discurso dominante dos conglomerados econômico: ideologia da meritocracia e ideologia do individualismo. Ambas se retroalimentam sendo o cimento que sustenta a naturalização de processos desiguais de acesso a renda e a propriedade. A minoria dos conglomerados econômicos, que atuam no mercado financeiro, se distingue pelo acúmulo de riqueza. Esta que, na maioria dos casos, ultrapassam o PIB de vários países. É uma espécie de agiotagem “legalizada” que necessita drenar as riquezas nacionais. Com o neoliberalismo a concorrência se torna um princípio essencial – um princípio ativo, entre os produtores e os consumidores; porém entre estes grandes conglomerados – por atuarem controlando diversos setores – não há a concorrência tão difundida como se imagina; o que há é controle e acordos entre os grandes poderosos no que tange a manipulação dos preços dos produtos¹⁰.

O corona vírus soma-se a este cenário agravando, ainda mais, a situação daqueles que, fundamentalmente, sobrevive da renda do trabalho e, principalmente, daqueles que foram atingidos com as reformas oriundas dos ajustes fiscais na economia neoliberal. A drenagem provocada tem se traduzido em uma equação que pode ser pensada através do binômio concentração-distribuição. Concentração de riqueza para poucos indivíduos; e, para a maioria da população, distribuição de pobreza, miséria e desigualdades. Quanto maior a distância social entre os indivíduos, maior o efeito da crise sanitária sobre os excluídos. É uma tragédia anunciada. Embora escutemos discursos afirmando que “*o corona vírus não escolhe classes sociais*”, atinge a “*todos*”. Este tipo de argumento esconde a gradação do impacto de acordo com as classes sociais. Quanto mais vulnerável economicamente, maior tende a ser o impacto. Diante deste tempo estúpido, como diz o poeta Renato Russo: “*é a verdade que assombra, o descaso que condena e estupidez é quem destrói*”.

O Brasil não é uma ilha: também foi contagiado pelo neoliberalismo

A sociedade contemporânea viveu nos últimos sessenta anos transformações profundas. A era técnico-informacional modificou as relações e interações entre os humanos. O computador, o celular, a

¹⁰ Ver: DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo? – São Paulo: Autonomia Literária, 2017

inteligência artificial, a nanotecnologia e a bioinformática alteraram profundamente as formas do homem viver e se relacionar com o seu semelhante e com a natureza. O planeta nunca esteve tão conectado e, ao mesmo tempo, tão próximo e distante de sanar os principais problemas da humanidade. As distâncias territoriais foram diminuídas. Tornou-se possível cruzar o atlântico em fração de horas; de se comunicar com pessoas, em outros continentes, em milésimos de segundos, o que antes levar-se-iam meses e/ou ano.

O aumento da produção, de implantes e de cirurgias de alta complexidade, tornou-se possível graças ao desenvolvimento científico e as mudanças ocorridas pelo saber humano que tem se materializado na inteligência artificial e na nanotecnologia aplicada a biotecnologia e a biomedicina. Porém, esse avanço tecnológico e as transformações ocorridas não foram capazes de solucionar problemas centrais à vida da humanidade: fome, pobreza, miséria, desigualdades, injustiças (sociais, ambientais), práticas racistas, e autoritarismos.

A fome, a pobreza e a miséria têm se alastrado pelo planeta como um vírus. Na contramão, a renda e riqueza tem sido, cada vez mais, concentrada numa ínfima minoria¹¹. Ao tempo que se concentra o poder e a riqueza, expandem-se, por vários países, em que as democracias liberais se apresentavam inquestionáveis, em termos de “consolidação”, ondas autoritárias e defesas de agendas fascistas. Governantes legitimados por estas ideologias, representantes da ultradireita, ascendem ao poder. Não se trata de acontecimentos isolados.

Vê-se, neste mesmo contexto, constituições serem modificadas e alteradas para beneficiar interesses privados¹². Há em curso, em vários países, um processo de esvaziamento do sentido republicano dos

¹¹A riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes. Essa é a conclusão de um estudo da organização não-governamental britânica Oxfam, baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015. O relatório também diz que as 62 pessoas mais ricas do mundo têm o mesmo – em riqueza – que toda a metade mais pobre da população global. O documento pede que líderes do mundo dos negócios e da política reunidos no Fórum Econômico Mundial de Davos, que começa nesta semana, na Suíça, tomem medidas para enfrentar a desigualdade no mundo. A Oxfam critica a ação de lobistas – que influenciam decisões políticas que interessam empresas – e a quantidade de dinheiro acumulada em paraísos fiscais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn>.

¹² Ver: Levitsky, Steven. Subvertendo as democracias. In: Como as democracias morrem. Apple Books.

Estados e da democracia liberal¹³ representativa em prol de uma agenda neoliberal que tem construído Estados pós-democráticos¹⁴. Esta agenda neoliberal ganhou força nas décadas de 1980 e 1990; foi arrefecida, no caso brasileiro, nos governos do Partido dos Trabalhadores e, atualmente, com a chegada à presidência de Jair Messias Bolsonaro, tem ganhado força com a agenda Guedes¹⁵.

O governo brasileiro – sob a orientação político-ideológica de Jair Bolsonaro – tem sido um dos representantes na América, ao lado de Donald Trump, da agenda neoliberal e da disseminação de uma agenda reacionária demarcada por ideologias vinculadas às práticas fascistas. O Brasil, nesse sentido, não está isolado. Não é uma ilha. Faz parte de um arquipélago de países que estão sendo governados por líderes que estabelecem diálogos com práticas autoritárias, desrespeitando jornalistas, e realizam práticas reacionárias e xenofóbicas, discriminando minorias indígena, quilombola, mulheres, afrodescendentes, homossexuais, dentre outras.

O que se constata diante deste cenário: avanço no desenvolvimento científico e tecnológico associado ao controle das ações humanas e aumento das desigualdades econômicas. Com as novas tecnologias construiu-se a sensação de liberdade, mesmo com os dispositivos de controle. Nunca tivemos “tanta liberdade” e, ao mesmo tempo, nunca tivemos tão presos e controlados. O controle que aprisiona o corpo e a alma. Em termos de valores civilizacionais: a sensação é que estamos retrocedendo.

A ascensão da ultradireita na Europa e na América Latina tem demarcado sua agenda com práticas xenofóbica e discriminatórias em relação às minorias. A internet que tinha a pretensão de aproximar e construir a aldeia global, se transformou em uma poderosa ferramenta de controle. Cada clique, curtida, postagem, acesso a sites, maior se torna o controle de empresas sobre o nosso perfil, enquanto consumidor, com

¹³ Ver: Yascha Mounk. Parte Um: A crise da democracia liberal. In: O povo contra a democracia. Apple Books.

¹⁴ Ver: CASARA, Rubens R. R. Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹⁵ Paulo Roberto Nunes Guedes é ministro da Economia do Brasil. Cofundador do Banco Pactual – posteriormente comprado e transformado em BTG Pactual – e do Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). Guedes afirmava pretender fazer no Brasil as reformas que foram feitas no Chile de Pinochet: autonomia do banco central, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal (equilíbrio entre receitas e despesas públicas) e previdência social no regime de capitalização. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html>. Acesso em: 11 mai. 2020.

base no nosso gosto e sentimentos externalizado. A google e o facebook, gigantes no controle de informações e perfis, tem um poder extraordinário sobre os nossos dados. A tela de um computador e/ou smartphone que nos aproxima é a mesma que tem nos separado, permitindo que nossa ação na rede se realize por meio de bolhas através da seleção algorítmica. O próximo nunca esteve tão distante; o distante também nunca esteve tão próximo.

Diante deste quadro desenhado, todas as descobertas e invenções do século XX não foram capazes de diminuir as distancias sociais e as desigualdades. Ao contrário, as desigualdades de renda do trabalho, de renda do capital e escolares tem se ampliado, entre os indivíduos, a depender da origem social e da classe. Os estudos destacam que não é possível avançar em uma proposta de justiça social e distributiva sem uma mudança substantiva no sistema tributário¹⁶ e na formatação de um modelo de Estado que coloque no orçamento os pobres e miseráveis.

Desta feita, encarar uma agenda em prol da diminuição das desigualdades e do enfretamento da fome e da miséria, mazelas ainda existentes neste século, requer uma reformulação sobre o sistema de tributação dos países que apresentam as altas taxas de concentração de riqueza e poder¹⁷. Isto, para tanto, não se faz sem que se encare o conflito distributivo que se encontra no cerne das lutas de classes no capitalismo contemporâneo. A mudança no modelo de Estado exige uma alternativa ao modelo neoliberal vigente nas principais democracias liberais capitalistas do mundo. Estas que adotaram o modelo neoliberal tem construído Estados pós-democráticos o que tem colocado em xeque as liberdades individuais e os valores que havíamos construído no ocidente.

Um país à deriva: bolsonarismo e o aprofundamento da crise

A concentração da propriedade, da riqueza e do poder retorna na agenda do debate contemporâneo. O Brasil não é uma ilha. Nem tampouco um barco, mas, diante das medidas adotadas pelo bolsonarismo,

¹⁶ Ver: AFONSO, J. R. (2017). Tributação e Desigualdades. Belo Horizonte: FGV Direito. FAGNANI, E. (2018). A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas. Brasília: ANFIP: FENAFISCO: Plataforma Política Social.

¹⁷ Ver: SOUZA, P. H. (2016). A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Brasília, Distrito Federal, Brasil;

está à deriva. A concentração de renda, poder e riqueza assumiu uma feitura inaceitável em nosso país. Os 1% mais ricos concentram 28,3% da renda total do País. Os dados deixam o Brasil somente atrás do Catar, onde a proporção é de 29%. Nesses dois países, quase um terço da renda está nas mãos dos mais ricos. Já os 10% mais ricos no Brasil concentram 41,9% da renda total¹⁸.

Em síntese: o poder concentrado, em poucas famílias, estabelece gradações de dominação que vão das relações construídas entre agentes situados em posições estratégicas no aparelho de Estado às instituições do mercado, numa íntima relação que atravessam: a) poucas famílias que concentram riqueza e poder econômico; b) famílias que atuam no judiciário brasileiro e que, portanto, estão alicerçadas em lógicas de privilégios; c) o parlamento num alto padrão de nepotismo e de relações constituídas por castas regionais; d) representantes das castas que atuam no parlamento e que mantêm redes de controle dos orçamentos municipais e em cargos eletivos e de confiança no congresso nacional, nas assembleias estaduais e nas Câmaras Municipais; e) as castas de privilégios também posicionadas nos Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas¹⁹.

Esta parece-nos ser a feitura da República do Nepotismo²⁰. Este modo de operar – por meio dos parentes – que, se antes não havia chegado à presidência da república, com a ascensão de Bolsonaro, tornou-se evidente. O bolsonarismo, nesse sentido, é um movimento político que decorre das práticas instauradas e estimuladas pela liderança do presidente da república; mas que não se resume aos seus atos. É algo bem mais amplo. É um movimento político da ultradireita brasileira que surge, no Brasil, antes das eleições de 2018; mas que, ganha corpo, na campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, em torno de uma agenda bem definida que se caracteriza por um movimento de: 1) negação da política; 2) rejeição do conhecimento científico; 3) articulação de práticas genocidas; 4) legitimação de violência; 5) naturalização da pobreza e das desigualdades; 6) manipulação e uso da fé e de movimentos religiosos na legitimação da agenda política e econômica; 7) mobilização de

¹⁸ Ver: Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

¹⁹ Ver: OLIVEIRA, Ricardo Costa. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba, Insight, 2012.

²⁰ Termo empregado pelo Sociólogo curitibano Ricardo Costa de Oliveira.

ideologias militares e milicianas na construção de sustentação da agenda de governo; 8) legitimação de suas práticas através do uso recorrente e sistemático das redes sociais, por meio de fake News, com uma linguagem acessível à juventude e às frações das camadas populares com especial destaque à fração religiosa neopentecostal.

Estas características permitem ao bolsonarismo, no plano ideológico, articular-se à governamentalidade neoliberal impondo, por um lado, uma agenda de privatizações, desmonte das políticas sociais, criminalização das minorias e encarceramento em massa da pobreza; e, por outro, benefícios e privilégios para as corporações internacionais permitindo-lhes atuar e capturar os fundos públicos e esvaziar o sentido republicano da política transformando-a em produto mercantilizado que tem como consequência a inflacionamento eleitoral e o voto como uma mercadoria. Com isto, se intensifica – algo que já vem ocorrendo em diversos governos – inclusive nos governos com agendas progressistas como os do Partido dos Trabalhadores – PT, que também coadunou com a submissão do poder político ao poder econômico, através da agenda neoliberal, legitimada pelo congresso nacional. Todavia, é preciso compreender o neoliberalismo no Brasil a partir de gradações e intensidades, ou seja, se esta agenda estava presente nos governos do PT, entre os anos 2003 e 2016, não é possível concluir que nos governos pós-golpe (de Michel Temer e Jair Bolsonaro), datado a partir 2016, se fez da mesma forma. É preciso identificar a intensidade. Nestes governos, o ritmo de delapidação do patrimônio público e de ataque aos direitos sociais são muito mais intensos e violentos.

Com isto, vê-se que, se antes, no liberalismo clássico, havia uma preocupação com o poder despótico dos Estados e que, para freá-lo, havia-se construído constituições rígidas, com limites claros definidos pela lei; com o neoliberalismo o despotismo de mercado se torna evidente. Em outras palavras: se no liberalismo clássico havia uma preocupação com as liberdades individuais, diante da violência estatal; no neoliberalismo o domínio da violência se intensifica pelo estado e pelo mercado. O ser humano é reduzido a lógica empresarial. Se torna empreendedor de si²¹. Não é nem mais pessoa física. Torna-se, ao se transformar em empreendedor, uma pessoa jurídica. É reconhecido por seu CNPJ. O

²¹ Ver: LAVAL, CHRISTIAN e DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo - SP, Boitempo, 2016.

neoliberalismo não encontra limites. Estados se tornam reféns da agenda neoliberal. A lógica de mercado – como lógica normativa generalizada – captura os princípios e os direitos constitucionais e as subjetividades dos sujeitos. As grandes corporações, em consonância com os poderes executivo e legislativo nacionais, passam a orientar agenda dos governos e operar em tribunais e junto aos poderes judiciários constituídos.

As democracias permanecem em sua forma, mas esvazia-se em seu conteúdo. As crises gestadas pelo neoliberalismo como crise permanente transforma as eleições em método de escolha dos interesses dos grupos dominante, permitindo, assim, as crises de representações. As constituições passam a sofrer interferências e, muitas vezes, alterações realizadas pelo legislativo. Este reformula o pacto estabelecido privilegiando os interesses das corporações e dos grupos de interesses privados que lhes financiam. Na linguagem do pensamento econômico dominante, isto é possível graças aos ajustes fiscais, às reformas que avançam sobre os direitos trabalhistas e às privatizações que permitem aos rentistas capturar as riquezas produzidas nacionalmente. A importância e urgência da aprovação das reformas – trabalhista e previdenciária – deve-se muito a estes interesses, muito embora as justificativas apresentadas pela agenda governamental e pela grande mídia tenham sido outras. Isto não seria possível sem a legitimidade das elites política, econômica e midiática nacionais.

Esta agenda de interesses das grandes corporações do capital rentista se somou, no Brasil, a dois movimentos: lavajatismo²² e bolsonarismo. Ambos movimentos de negação e criminalização da política. O lavajatismo movimento político-judicial de direita, alicerçado em ideologias reacionárias do campo religioso, teve como bandeira: a defesa da “moralização da política” e do “combate a corrupção”. Sendo um movimento anterior ao Bolsonarismo, o lavajatismo se constituiu e formou a base de sustentação do discurso “antissistema” e do discurso de “criminalização da política” trazido e operado por Bolsonaro. O lavajatismo não é, portanto, cria do bolsonarismo; ao contrário, este é cria daquele. Bolsonaro se tornou um candidato potencial após o esvaziamento da política. Embora pertencente a

²² Derivado da operação Lava Jato, que tinha a frente o Juiz Sérgio Moro. Trata-se de um movimento encabeçados por operadores do direito que em seu espectro ideológico situa-se no campo da direita e da ultradireita brasileira.

velha política, se vendeu como um produto antissistema, embora pertencente ao baixo clero²³ há mais de 28 anos.

A “moralização da política” – diante do discurso da antipolítica – produzido pelo lavajatismo e apropriado, posteriormente, pelo bolsonarismo se transformou em arma perigosa para uma democracia nova como a brasileira. O campo da representação política que, mesmo antes da lava jato, já vinha sofrendo com a crise de representação, resultado do processo de descrença nos partidos e dos líderes, por parte da maioria da população, se intensifica com a narrativa construída majoritariamente pela grande mídia que destacava diuturnamente o Estado como espaço da corrupção e os partidos políticos, especialmente o PT, à época, governando o país, como o partido mais corrupto. Não que não houvesse corrupção, por parte de agentes do partido, nas instituições públicas, conforme foi condenado alguns dos seus agentes. Em todos os partidos, indistintamente, há práticas de corrupção. Alguns mais e outros menos.

A questão que se coloca é que não se tratava apenas de criminalizar um partido, mas de construir um “inimigo” a ser combatido, mesmo que para isso fosse necessário construir um estado penal e uma república paralela²⁴ com códigos e leis distintas daquelas que foram pactuadas em 1988 na carta magna. A verdade deixou de ser construída nos autos do processo com elementos probatórios; passando-se a ser construída por um subjetivismo extremo pautado na convicção²⁵ ideológica e parcial do juiz, numa promiscuidade tremenda entre juiz e procurador do ministério público²⁶. O juiz da operação – Sérgio Moro – divulgava para a mídia aquilo que interessava na produção do fato político²⁷. O processo

²³ Baixo clero é uma expressão usada para designar parlamentares com pouca expressão na Câmara de Deputados, movidos principalmente por interesses provincianos ou pessoais.

²⁴ A República paralela que foi politicamente construída, principalmente no imaginário de muitos dos brasileiros, foi a República de Curitiba. Cidade do país em que se construiu a operação Lava Jato que teve como principal nome o juiz Sérgio Moro e o Procurador Deltan Dallagnol que ficou conhecido com a divulgação de um *power point* em que acusava o réu com convicção, faltando-lhe, portanto, as provas.

²⁵ Ver matéria produzida pelo *The Intercept Brasil*. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>>. Acesso: 17 mai. 2020.

²⁶ Ver os áudios e as reportagens do *The Intercept Brasil* acerca das conversas entre o então Juiz Sérgio Moro e alguns dos procuradores da Operação Lava-Jato.

²⁷ Duas intervenções do juiz Sérgio Moro que iria se tornar, mais à frente, ministro da justiça no governo de Jair Bolsonaro, principal opositor do Partido dos

condenatório antecedia o próprio julgamento. A sentença passou-se a ser dada a priori. O juiz vaza a informação, a mídia condena, e o juiz sentencia com base nas convicções e discursos jornalísticos. Esvazia-se, assim, o estado de direito. O juiz imparcial deixa de existir. Princípio como o devido processo legal, paridade das armas, do contraditório e de julgamento imparcial, tornam-se inócuos diante do tribunal montado a partir do experimento realizado com a república de Curitiba.

A verdade construída pela mídia se sobrepõe a verdade dos fatos. Esvazia-se o estado democrático de direito. Esvazia-se a democracia. Abrindo precedentes para a permissão de processos de exceção e ações autoritárias. A politização da justiça se torna fato com o lavajatismo. A criminalização da política pelo lavatismo e setores da grande mídia soma-se a ascensão do bolsonarismo com o discurso da negação da política e contra o que é público e estatal. No bojo destes dois movimentos e alimentado por eles ampliou-se no congresso a bancada do boi, da bala e da bíblia. Se antes criticava-se o congresso por possuir uma representação descolada dos anseios da população. Com a eleição de 2018, o agromercado, as igrejas evangélicas neopentecostais e militares passaram a ter uma agenda alicerçada na: 1) expansão da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica; 2) construção e tentativa de institucionalização reacionária com criminalização de minorias em nome de deus e da família; 3) construção de projetos voltados para o armamento da população e criminalização da pobreza e de minorias. Este aumento expressivo da

Trabalhadores, ilustra bem a seletividade nas tomadas de decisão e construção de fatos políticos favoráveis à sua opção político ideológica. Trata-se da divulgação do áudio para a Rede Globo de uma conversa entre a então presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual a presidente falava do encaminhamento da posse de Lula como Ministro da Casa Civil. Moro derruba o sigilo e grampeia conversas entre a presidente da república e o ex-presidente. Após esta ação do Juiz, o PSDB e PP, opositores à época ao PT, entram com uma ação pedindo a suspensão da posse do ex-presidente no cargo. Algo que é acatado pelo ministro do STF Gilmar Mendes. E a divulgação, às vésperas do processo eleitoral, de áudios de Antônio Palocci incriminando Lula, quebrando o sigilo das informações. Ambos episódios foram, posteriormente, criticados por juízes do STF. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>>, <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ao-contrario-do-que-disse-moro-grampo-de-dilma-nao-tinha-mais-autorizacao-quando-foi-feito-23751522>>, <<https://cartacampinas.com.br/2020/05/para-ministro-do-stf-moro-fraudou-eleicao-presidencial-ao-vazar-delacao-de-palocci-na-ves-pera/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

bancada chega ao parlamento com a onda provocada pelo bolsonarismo e a narrativa construída pela grande mídia da moralização da política inspirada pelo lavatismo.

Algumas considerações

O combate seletivo à corrupção²⁸, construído por determinados operadores que atuavam na operação, a concentração dos meios de comunicação, frutos de concessão pública e controlados por poucas famílias, a construção do inimigo a ser abatido – que no caso brasileiro – tinha como alvo o Partido dos Trabalhadores – e, em seu sentido mais amplo, àqueles que representem valores relacionados a agenda progressista de combate às desigualdades sociais e a inserção de minorias nos espaços sociais. Tudo isto tem se somado ao caldo autoritário na nossa cultura política que atrelado ao bolsonarismo passou a criminalizar de forma escancarada a pobreza e as minorias.

Para tanto, este movimento não pode ser compreendido sem uma análise mais ampla acerca da agenda neoliberal aceita e adotada pelo governo brasileiro. A agenda do neoliberalismo se coaduna com a do lavatismo e do bolsonarismo. Estes movimentos políticos nacionais de direita alimentam a agenda neoliberal, uma vez que permitiram aprofundar os processos desiguais de acesso aos bens públicos, à justiça e ao estado²⁹.

²⁸ Consultar as informações sobre a Lava Jato divulgadas pela Vaza Jato. Matérias produzidas e publicadas pelo jornal *The Intercept Brasil* em reportagens que ficaram conhecidas como Vaza Jato.

²⁹ Conforme matéria publicada no Nexo Jornal sobre o impacto da operação Lava Jato destaca-se que “atingidas diretamente por investigações e condenações penais na Lava Jato, as maiores construtoras do Brasil perderam R\$ 55 bilhões em faturamento e demitiram quase 200 mil funcionários entre 2015 e 2018. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o setor fechou 500 mil postos de trabalho no período. Em junho, com dívidas que chegam a R\$98,5 bilhões, a Odebrecht formalizou seu pedido de recuperação judicial, o maior da história do Brasil. O processo de recuperação judicial ocorre quando uma empresa declara não ter mais condições de pagar suas dívidas. O objetivo é conseguir proteção judicial em relação a sua execução por credores e evitar a falência. Um ano antes, a empresa havia firmado um acordo de leniência de R\$ 2,72 bilhões com a Controladoria-Geral da União. A decisão serviu para reduzir penalidades aplicadas à empresa na área cível, como multas pesadas e proibição para firmar contratos com o governo ou obter empréstimos em bancos públicos. A Lei Anticorrupção, de 2013, estabeleceu novos mecanismos para o acordo de leniência. No âmbito do Executivo, a atribuição de firmar o

Nesse sentido, no caso brasileiro, o neoliberalismo se expressa com sua forma violenta. Pratica uma agenda de proteção social e garantia dos direitos em seu sentido mínimo e, ao mesmo tempo, em seu sentido máximo, avança com a criminalização das minorias e encarceramento em massa da pobreza, promovendo a necropolítica como agenda governamental que atinge em potencial pessoas que não são úteis a lógica de reprodução do neoliberalismo. Num exercício constante e intenso de violência física e simbólica, promovido no contexto de uma das sociedades mais desiguais do mundo.

A compreensão do Estado brasileiro, no contexto atual, não se faz, portanto, sem uma compreensão do penalismo estatal, articulado com as políticas de criminalização da pobreza, a financeirização da economia brasileira e a forma como o bolsonarismo tem, em parceria com setores da grande mídia e do agronegócio, legitimado a agenda econômica. Agenda esta sustentada, no âmbito das classes populares, pela ideologia da prosperidade e pela ideologia do empreendedor individual, e mantida pela permanente máquina de produção de violência simbólica e física que é o Estado em nosso país.

acordo cabe à CGU (Controladoria-Geral da União). Já a responsabilização judicial cabe ao Ministério Público, e a administrativa ao Cade (Conselho Administrativo da Defesa Econômica).” Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/12/17/A-ideia-de-que-a-Lava-Jato-destruiu-empresas.-E-seu-contraponto>>. Acesso em: 29 mai. 2020.